

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX**

**Autos do Processo nº. XXXXXXXX**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX**, no exercício da **CURADORIA ESPECIAL** (artigo 72, inciso II do CPC c/c artigo 4º, inciso XVI da Lei Complementar 80/94), atuando na defesa dos interesses de **FULANA DE TAL**, devidamente qualificada nos autos epigrafados, em curso nesse Juízo, vem nos termos do artigo 335 do CPC, elidindo a possível revelia da partes ré, fazendo valer os princípios do contraditório e da ampla defesa previstos no artigo 5º, inciso LV da CF/88, apresentar

**EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE**

Em face da presente Execução movida por **fulana de tal XXXXXXXXXXXXXXXX LTDA - ME**, pelos fatos e termos delineados.

**I. DO CABIMENTO DA PRESENTE EXCEÇÃO**

A Exceção de Pré-Executividade, pode ser arguida à qualquer tempo, por simples petição consubstanciada **em prova documental inequívoca e/ou em nulidades que possam ser vislumbradas a qualquer**

**tempo**, de forma a comprovar evidente inviabilidade da Execução, sob a perspectiva da ordem pública e falta do preenchimento dos requisitos legais.

A presente exceção de pré executividade visa justamente impedir o cerceamento à livre disponibilidade do patrimônio da Excipiente, quando, **de forma flagrante e evidente**, conforme demonstra a documentação anexa, a presente execução não subsiste, o que vai ao encontro do entendimento do Egrégio TJDF<sup>1</sup>.

O Excepto propôs, na origem, Ação de Execução em que pleiteia a condenação da Excipiente ao pagamento de nota promissória, no valor de R\$ xxx (xxxxxxxxxxx).

No caso em tela, a Exceção de Pré-Executividade se mostra perfeitamente cabível, uma vez que há nulidades no processo, conforme os pontos a serem tratados de forma pormenorizada.

## II. DA EXECUÇÃO

### A. DA INCOMPETÊNCIA RELATIVA DO JUÍZO

---

<sup>1</sup>PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO. PRÉ-EXECUTIVIDADE VIA ELEITA INADEQUADA. REJEITADA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO PAGO. EXTINÇÃO. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 924, II DO CPC/2015 E 156, I DO CTN. SENTENÇA MANTIDA. **1. Em princípio, a doutrina tem permitido que, por meio de exceção de pré-executividade, o devedor possa arguir matéria de ordem pública. 2. Por meio da exceção, estaria permitida, também, cognição com referência a alguma matéria tipicamente 'de mérito', como as referentes a prescrição, decadência e pagamento.3. Além disso, podem ser tratadas na via da exceção de pré-executividade as matérias referentes ao título executivo em si, requisito indispensável, que é, a qualquer execução. 4. Quitado o débito objeto da execução, inexistem encargos dele decorrentes. 5.** Satisfeita a obrigação tributária, incide o disposto nos arts.924, II do CPC/2015 e 156, I do Código Tributário Nacional. (Acórdão n.1021984, 20150110824908APC, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA 7ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 24/05/2017, Publicado no DJE: 06/06/2017. Pág.: 887-900)

Verifica-se que o título executado que consta como local de pagamento: xxxxxxxx. Igualmente, é possível observar no mesmo título o que segue: *“o domicílio de pagamento dos valores amparados por esta Nota Promissória será **o domicílio do Credor** (...).*

Com efeito, consta na petição inicial que o domicílio do credor se localiza no seguinte endereço: xxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxxxx.

A Lei Uniforme estabelece, em seu artigo 76, que, na falta de indicação especial, o lugar onde a nota promissória foi passada considera-se como sendo o lugar do pagamento.

Assim, como no caso, o título foi passado em xxxx, bem como o próprio credor reside em uma das áreas que compõem o xxx de xxx, a presente ação de execução de título extrajudicial deveria ter sido ajuizada em xxxxx, por se tratar do foro competente para dirimir as questões decorrentes do título extrajudicial.

Nesse sentido, far-se-á necessário o acolhimento da presente preliminar, com a consequente remessa dos autos ao juízo eleito para pagamento e domicílio do exequente, ambos localizado em xxxxxxxx, inclusive para facilitar a defesa do devedor.

## **B. DA NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL**

Preliminarmente faz-se mister levantar questão de ordem pública, a saber, a nulidade da citação por edital.

É consabido que a citação por edital é medida excepcional, a qual somente deve ser promovida quando comprovado o exaurimento dos

meios hábeis para a localização da parte ré, sob pena de ser reconhecida a nulidade do ato, haja vista caracterizar cerceamento de defesa.

Nesse sentido, confira-se o que dispõe literalmente o § 3º do artigo 256 do CPC, *in litteris*:

“§ 3º O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, **inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.**” (em destaque).

Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora informou que a executada ainda reside no endereço indicado na petição inicial, o qual seja: **XXXXXX, CEP: XXX**, consoante a manifestação de ID XXXXX.

Todavia, na certidão emitida pelo Oficial de Justiça (ID XXXXX), consta que na diligência não foi possível apreender o veículo placa XXXXXXXX e **nada menciona sobre a tentativa de citação pessoal da executada.**

Assim, a citação por edital realizou-se sem a exaustão da prévia e necessária diligência de busca do endereço: **XXXXXX, CEP: XXXXXX**, para tentativa de citação pessoal ou por hora certa, nos termos do artigo 252 do CPC, uma vez que o próprio exequente informa que a executada, possivelmente, está ocultar-se para não ser citada, de modo que a declaração de nulidade da citação por edital é a medida que se impõe.

Outro não é o entendimento do e. TJDF, em recente acórdão que restou assim ementado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. PRESCRIÇÃO. **I - A citação por edital é medida excepcional, de modo que NÃO PODE SER DEFERIDA ENQUANTO CONSTAR**

**DOS AUTOS ENDEREÇO AINDA NÃO DILIGENCIADO, pois, neste caso, não foram esgotados os meios disponíveis para a localização do executado.**

II - Declarada nula a citação por edital tem-se por não interrompida a prescrição. III - Não obstante, observa-se nos autos que a citação por edital foi requerida após transcorridos mais de cinco anos da data da constituição definitiva dos créditos tributários, situação que impõe o pronunciamento da prescrição. IV - Não se aplica a Súmula 106 do STJ quando a demora ou ausência de citação não decorreu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça. V - Deu-se provimento ao recurso.

(Acórdão n.1029645, 07030702220178070000, Relator: JOSÉ DIVINO 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 05/07/2017, Publicado no DJE: 14/07/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) G. N.

Em sendo assim, não há o que se falar em exaurimento de todos os meios possíveis no sentido de buscar o paradeiro da parte ré, o que torna injustificável a citação ficta ocorrida.

Por conseguinte, mister que se anule a citação editalícia e todos os atos que a sucederam para que seja promovida outras medidas no sentido de localizar o paradeiro da parte ré.

### **III. DOS PEDIDOS**

Assim, consubstanciado nos direitos aqui alegados, requer o seu acolhimento nos seguintes termos:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 do CPC;
- b) O recebimento da presente Exceção de Pré-Executividade, haja vista que preenche todos os requisitos para sua admissibilidade;
- c) Seja acolhida a preliminar de incompetência relativa do juízo, com a consequente remessa dos autos ao juízo eleito

para pagamento e domicílio do exequente, ambos localizado em XXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do artigo 76, da Lei Uniforme;

d) seja declarada nula a citação editalícia, bem como seja diligenciado XXXXX, CEP: XXXXXXXX.

e) sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial;

a) E, ao final, seja condenada a Excepta ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do DF – PRODEF.

Pede o deferimento.

**FULANA DE TAL**

ASSESSORA/ MAT.XXXXXX

PÚBLICO

**FULANO DE TAL,**

DEFENSOR